

Demonstrações Financeiras

Individuais

Ágora S.A Corretora de Títulos
e Valores Mobiliários

2022



Á G O R A
INVESTIMENTOS

Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 40

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Ágora CTVM, a Casa de Investimentos do Bradesco, possui um portfólio completo de produtos e serviços. É uma plataforma aberta e independente para correntistas e não correntistas, com curadoria na seleção dos melhores investimentos do mercado, para cada perfil de investidor. São diversas opções como renda variável, mercados futuros, tesouro direto, COE, fundos e clubes de investimentos, títulos públicos e privados de renda fixa no mercado primário e secundário e previdência privada. Além disso, o investidor conta com assessoria especializada, conteúdos e recomendações elaboradas por analistas de mercado para ajudá-lo a tomar a melhor decisão na hora de investir.

A nova plataforma de investimentos e negociação, ágil, moderna e dinâmica, privilegia a experiência do usuário e pode ser utilizada via Site ou App Ágora, disponível 24 horas por dia. Os clientes iniciam o relacionamento com o cadastro 100% digital e conseguem em poucos minutos abrir sua conta e ter acesso ao que há de melhor no mundo dos investimentos.

No final do exercício de 2022 atingimos a marca de 886 mil investidores e um total de R\$ 69 bilhões em ativos sob custódia.

No exercício de 2022, a Ágora CTVM registrou prejuízo líquido de R\$ 7 milhões, patrimônio líquido de R\$ 450 milhões e ativos totais de R\$ 1.265 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	4	80.291	75.182
Instrumentos financeiros		838.396	931.326
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	534.999	565.000
Títulos e valores mobiliários	6a e 6b	136.618	169.786
Operações de crédito	7	18.298	28.358
Outros créditos	7	3.865	2.168
Outros instrumentos financeiros	8	144.616	166.014
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(2.163)	(1.501)
Operações de crédito		(90)	(135)
Outros créditos		(2.073)	(1.366)
Créditos tributários	25	35.238	28.839
Imobilizado de uso	9	33.147	20.667
Intangível	10	345.262	266.124
Depreciações e amortizações		(95.216)	(53.613)
Imobilizado de uso	9	(13.918)	(9.900)
Intangível	10	(81.298)	(43.713)
Outros ativos	11	30.256	32.243
Total do ativo		1.265.211	1.299.267

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2022	2021
Passivo			
Instrumentos financeiros		720.480	777.366
Outros instrumentos financeiros	12	720.480	777.366
Provisões		62.863	45.731
Outras provisões	13	62.863	45.731
Impostos diferidos	25	5.350	3.543
Outros passivos	15	26.708	18.117
Total do passivo		815.401	844.757
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	283.741	283.741
Reservas de lucros	16b	160.751	167.703
Outros resultados abrangentes		5.318	3.066
Total do patrimônio líquido		449.810	454.510
Total do passivo e patrimônio líquido		1.265.211	1.299.267

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil		
		2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da intermediação financeira		52.940	95.974	50.792
Operações de crédito	7e	9.226	17.019	16.336
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	43.714	78.955	34.456
Despesas da intermediação financeira		-	(1)	(10)
Operações de empréstimos e repasses		-	(1)	(10)
Resultado bruto da intermediação financeira		52.940	95.973	50.782
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.223)	(5.143)	(1.054)
Resultado bruto da intermediação financeira		48.717	90.830	49.728
Outras receitas/(despesas) operacionais		(66.742)	(102.025)	(107.817)
Receitas de prestação de serviços	17	145.244	284.496	213.342
Despesas de pessoal	18	(96.122)	(164.542)	(129.847)
Outras despesas administrativas	19	(94.573)	(187.068)	(165.690)
Despesas tributárias	20	(16.359)	(31.777)	(22.935)
Outras receitas operacionais	21	993	1.851	1.581
Outras despesas operacionais	22	(6.325)	(7.591)	(3.098)
(Despesas)/Reversões de provisões	14	399	2.608	(1.170)
- Trabalhistas		408	337	(444)
- Cíveis		(9)	2.271	(726)
Resultado operacional		(18.026)	(11.193)	(58.089)
Resultado não operacional	23	-	-	(940)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(18.026)	(11.193)	(59.029)
Imposto de renda e contribuição social	25	7.505	4.241	22.876
Prejuízo líquido		(10.521)	(6.952)	(36.153)
Prejuízo por ação em R\$		(0,73)	(0,48)	(2,52)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Prejuízo líquido do período	(10.521)	(6.952)	(36.153)
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	1.270	2.252	904
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.270	2.252	904
- Próprios	1.270	2.252	904
Total dos ajustes não incluídos no prejuízo líquido	1.270	2.252	904
Resultado abrangente do período	(9.251)	(4.700)	(35.249)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	R\$ mil					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	283.741	8.846	195.010	2.162	-	489.759
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	904	-	904
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(36.153)	(36.153)
Destinações:						
- Absorção de prejuízo com reservas	-	-	(36.153)	-	36.153	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	283.741	8.846	158.857	3.066	-	454.510
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	2.252	-	2.252
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(6.952)	(6.952)
Destinações:						
- Absorção de prejuízo com reservas	-	-	(6.952)	-	6.952	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	283.741	8.846	151.905	5.318	-	449.810
Saldos em 30 de junho de 2022	283.741	9.024	162.214	4.048	-	459.027
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	1.270	-	1.270
Prejuízo líquido	-	-	-	-	(10.521)	(10.521)
Destinações:						
- Absorção de prejuízo com reservas	-	(178)	(10.309)	-	10.487	-
- Reversão de dividendos propostos no 1º Semestre	-	-	-	-	34	34
Saldos em 31 de dezembro de 2022	283.741	8.846	151.905	5.318	-	449.810

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(18.026)	(11.193)	(59.029)
Ajustes ao prejuízo líquido antes dos impostos:	28.342	47.808	34.422
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.223	5.143	1.054
Depreciações e amortizações	24.357	44.930	31.665
Constituição/(reversão) e atualização monetária com provisões cíveis e trabalhistas	(267)	(2.316)	1.504
Outros	29	51	199
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado antes dos impostos	10.316	36.615	(24.607)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	22.311	27.268	(28.747)
(Aumento)/Redução em operações de crédito e outros créditos	5.122	5.579	(5.861)
(Aumento)/Redução em outros instrumentos financeiros ativos	6.085	21.398	(7.451)
(Aumento)/Redução em outros ativos	11.104	291	(15.435)
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	62.337	(29.250)	(231.673)
Aumento/(Redução) em outros instrumentos financeiros passivos	26.755	(56.886)	(250.858)
Aumento/(Redução) em provisões	24.874	19.395	13.499
Aumento/(Redução) em outros passivos	14.084	19.451	12.990
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.376)	(11.210)	(7.304)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	94.964	34.633	(285.027)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento)/Redução em títulos disponíveis para venda	12.231	35.420	(38.969)
Aquisição de imobilizado de uso	(9.556)	(13.415)	(2.186)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	16.370
Aquisição de intangível	(49.214)	(81.530)	(49.571)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(46.539)	(59.525)	(74.356)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	-	(168)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-	(168)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	48.425	(24.892)	(359.551)
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	566.865	640.182	999.733
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	615.290	615.290	640.182
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	48.425	(24.892)	(359.551)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição) tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na B3, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 09 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o

vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Outras Obrigações – Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação – 10% ao ano e sistemas de processamento de dados – 20% a 40% ao ano e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- *Software*: são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade

para uso, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

j) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

I – Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na B3 (bolsa), por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
- Devedores/Credores Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de

renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

II – Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	80.291	75.182
Total de disponibilidades (caixa)	80.291	75.182
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	534.999	565.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	615.290	640.182

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil		
	1 a 30 dias	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada	534.999	534.999	565.000
Letras do tesouro nacional	534.999	534.999	565.000
Total geral em 31 de dezembro de 2022	534.999	534.999	
Total geral em 31 de dezembro de 2021	565.000		565.000

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	36.838	65.522	29.096
Total geral (nota 6c)	36.838	65.522	29.096

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por tipo e prazo de vencimento

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Carteira Própria	10.984	12.383	4.027	103	27.496	40.219
Letras financeiras do tesouro	-	12.383	4.027	-	16.409	39.919
Cotas de fundos de investimentos	10.984	-	-	-	10.984	-
Outros	-	-	-	103	103	300
Títulos Vinculados à prestação de garantias	33.752	30.951	44.418	-	109.121	129.567
Letras financeiras do tesouro	-	30.951	44.418	-	75.369	99.705
Cotas de fundos de investimentos	33.752	-	-	-	33.752	29.862
Total geral	44.736	43.334	48.445	103	136.618	169.786
%	32,7	31,7	35,5	0,1	100,0	100,0

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos	R\$ mil								
	Em 31 de dezembro de 2022							Em 31 de dezembro de 2021	
	1 a 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda	44.736	43.334	48.445	103	136.618	127.754	8.864	169.786	5.110
Letras financeiras do tesouro	-	43.334	48.445	-	91.779	91.679	100	139.624	142
Cotas de fundos de investimentos	44.736	-	-	-	44.736	35.980	8.756	29.862	4.951
Outros	-	-	-	103	103	95	8	300	17
Total geral	44.736	43.334	48.445	103	136.618	127.754	8.864	169.786	5.110

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	36.838	65.522	29.096
Títulos de renda fixa	6.331	12.386	5.691
Títulos de renda variável	545	1.047	(331)
Total	43.714	78.955	34.456

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

a) Modalidades e níveis de risco

	R\$ mil											
	Nível de risco										Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Financiamentos	270	18.028	-	-	-	-	-	-	-	-	18.298	28.358
Outros créditos (1)	126	774	403	170	268	52	102	14	1.956	3.865	2.168	
Total em 31 de dezembro de 2022	396	18.802	403	170	268	52	102	14	1.956	22.163		
Total em 31 de dezembro de 2021	1.417	27.094	243	65	314	50	42	23	1.278		30.526	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	R\$ mil											
	Níveis de risco										Em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Curso normal	396	18.802	401	57	158	1	-	-	242	20.057	28.825	
Parcelas vincendas	270	18.028	-	-	-	-	-	-	-	18.298	28.358	
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	270	18.028	-	-	-	-	-	-	-	18.298	28.358	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vencidas até 14 dias	126	774	401	57	158	1	-	-	242	1.759	467	
Curso anormal	-	-	2	113	110	51	102	14	1.714	2.106	1.701	
Parcelas vencidas	-	-	2	113	110	51	102	14	1.714	2.106	1.701	
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	
15 a 30	-	-	2	-	5	-	-	-	-	7	4	
31 a 60	-	-	-	113	68	-	-	-	7	188	4	
61 a 90	-	-	-	-	37	8	-	-	-	45	304	
91 a 180	-	-	-	-	-	43	101	14	17	175	203	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	1.690	1.690	1.182	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Parcelas vincendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total geral	396	18.801	403	170	268	52	102	14	1.956	22.163	30.526	
Provisão mínima requerida	-	95	4	5	27	15	51	10	1.956	2.163	1.501	
Provisão complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Provisão existente	-	95	4	5	27	15	51	10	1.956	2.163	1.501	

I) Operação

Exposição – Operações de Crédito	R\$ mil							
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total geral em 31 de dezembro de 2022	18.297	1.759	195	45	177	1.689	-	22.162
Total geral em 31 de dezembro de 2021	28.358	467	13	304	203	1.181	-	30.526

b) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022	% (1)	Em 31 de dezembro de 2021	% (1)
Maior devedor	2.443	11,2	3.491	11,4
Dez maiores devedores	8.666	39,9	14.113	46,2
Vinte maiores devedores	11.733	54,0	19.577	64,1
Cinquenta maiores devedores	16.387	75,5	25.847	84,7
Cem maiores devedores	19.801	91,2	28.823	94,4

(1) Em relação ao total da carteira – critério Bacen.

c) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2022	%	Em 31 de dezembro de 2021	%
Setor privado	22.162	100,0	30.526	100,0
Pessoa jurídica	656	3,0	430	1,4
Transportes e Concessão	344	1,6	-	-
Comércio	175	0,8	119	0,4
Demais setores	137	0,6	311	1,0
Pessoa física	21.506	97,0	30.096	98,6
Total	22.162	100,0	30.526	100,0

d) Resultado das operações de crédito

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Rendas com operações de crédito	9.226	17.019	16.336
Total	9.226	17.019	16.336

I) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	R\$ mil	
	2022	2021
- Provisão específica (1)	1.356	3.856
- Provisão genérica (2)	145	212
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.501	4.068
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.143	1.054
Baixas para prejuízo	(4.481)	(3.621)
Saldo final em 31 de dezembro	2.163	1.501
- Provisão específica (1)	1.805	1.356
- Provisão genérica (2)	358	145

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.

II) Recuperações

A Instituição não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Negociação e intermediação de valores	110.725	128.978
Depósitos por devedores em garantia	25.930	26.761
Rendas a receber	7.961	10.275
Total	144.616	166.014

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1.617
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	11.183	(4.130)	7.053	3.264
Sistema de segurança e comunicação	10%	1.503	(700)	803	947
Sistema de processamento de dados	20%	20.461	(9.088)	11.373	4.939
Total em 31 de dezembro de 2022		33.147	(13.918)	19.229	
Total em 31 de dezembro de 2021		20.667	(9.900)		10.767

10) INTANGÍVEL

	R\$ mil				
	Taxa de amortização	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Sistemas de processamento de dados	20%	345.262	(81.298)	263.964	222.411
Total em 31 de dezembro de 2022		345.262	(81.298)	263.964	
Total em 31 de dezembro de 2021		266.124	(43.713)		222.411

11) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Despesas antecipadas	16.010	15.073
Impostos e contribuições a compensar	13.219	9.694
Devedores diversos	448	7.067
Adiantamento de salários a funcionários	579	409
Total	30.256	32.243

12) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Negociação e Intermediação de Valores	720.480	777.366
Total	720.480	777.366

13) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisão para pagamentos a efetuar	59.112	38.523
Provisão para contingências	2.313	5.739
Outras	1.438	1.469
Total	62.863	45.731

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais–fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a

reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Ágora CTVM não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.482	4.257
Atualização monetária	173	119
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	(337)	(2.271)
Pagamentos	-	(1.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.318	995

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 9.593 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 9.131 mil) para os processos cíveis e R\$ 7.617 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 7.037 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuação de INSS, ano base 2010, referente a contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PLR no valor total de R\$ 4.009 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 3.617 mil);
- Autuação de IRPJ e CSLL, ano-base 2008, relativo a Incentivos à Inovação Tecnológica no valor total de R\$ 3.541 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 3.373 mil);

15) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a pagar	25.470	16.104
Obrigações por aquisição de bens	805	1.611
Credores diversos	433	402
Total	26.708	18.117

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 283.741 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 283.741 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 14.334.086 (em 31 de dezembro de 2021 – 14.334.086) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	160.751	167.703
Reserva Legal (1)	8.846	8.846
Reservas Estatutárias (2)	151.905	158.857

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu destinação de dividendos mínimo obrigatório devido ao registro de prejuízo no período.

d) Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Rendas de corretagens de operações em bolsas	44.514	87.387	89.477
Comissões de intermediação de ações	82.590	163.505	116.019
Comissões de colocação de títulos	16.359	29.856	3.492
Rendas de serviços de custódia	1.258	2.672	2.871
Taxas de administração	523	1.076	1.483
Total	145.244	284.496	213.342

18) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Proventos	29.447	56.597	45.222
Participação dos empregados nos lucros	33.390	50.959	40.661
Encargos sociais	20.867	35.375	27.459
Benefícios	12.298	21.377	16.317
Treinamentos	120	234	188
Total	96.122	164.542	129.847

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Processamento de dados	40.049	72.533	51.568
Depreciações e amortizações	24.357	44.930	31.665
Serviços do sistema financeiro	11.206	21.935	23.644
Propaganda, promoções e publicidade	11.325	33.369	46.576
Serviços de terceiros	2.018	3.864	3.338
Aluguéis	2.124	4.123	3.481
Serviços técnicos especializados	756	1.482	1.543
Comunicação	1.410	2.451	2.129
Manutenção e conservação de bens	267	838	1.101
Outras	1.061	1.543	645
Total	94.573	187.068	165.690

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	7.247	14.193	10.651
Contribuição à Confins	7.829	15.108	10.560
Contribuição ao PIS	1.272	2.455	1.716
Outras	11	21	8
Total	16.359	31.777	22.935

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Reversões de provisões operacionais	-	63	1.102
Receitas financeiras	967	1.712	379
Outras	26	76	100
Total	993	1.851	1.581

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Outras despesas financeiras	4.823	5.450	2.250
Atualizações monetárias passivas	187	339	561
Multas e juros	46	533	287
Outras	1.269	1.269	-
Total	6.325	7.591	3.098

23) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	-	-	(42)
Despesas/receitas não operacionais	-	-	(898)
Total	-	-	(940)

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas e Controladas		Pessoal Chave	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos						
Aplicações no mercado aberto	534.999	565.000	-	-	-	-
Disponibilidades	80.083	10.985	-	-	-	-
Outros ativos e outros valores e bens	-	-	-	-	-	21.035
Passivos						
Outros passivos	-	-	-	-	-	28.819

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Controlador		Coligadas e Controladas		Pessoal Chave	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	65.522	29.096	-	-	-	-
Outras receitas, líquidas de outras despesas, operacionais	-	2.855	-	-	-	98

(1) Controlador indireto: Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil (2021 – R\$ 5.635 mil) para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS que constitui ônus da Instituição e de R\$ 3.900 mil (2021 –

R\$ 3.250 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	2.259	4.822	5.635
Total	2.259	4.822	5.635

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.154	3.900	3.250
Total	2.154	3.900	3.250

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(18.026)	(11.193)	(59.029)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	7.210	4.477	23.611
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indultáveis líquidas das receitas não tributáveis	219	(311)	(735)
Outros valores	76	75	-
Imposto de renda e contribuição social do período	7.505	4.241	22.876

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.708)	(1.853)	-
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	11.960	6.920	12.322
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(1.030)	(310)	3.958
Prejuízo fiscal	(1.717)	(516)	6.596
Total dos impostos diferidos	9.213	6.094	22.876
Imposto de renda e contribuição social do período	7.505	4.241	22.876

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisões cíveis	1.703	48	(1.352)	399
Provisão para perdas esperadas	3.156	2.057	(1.173)	4.040
Provisões para participações nos lucros/ gratificações	11.502	20.245	(12.833)	18.914
Provisões trabalhistas	593	158	(223)	528
Outros	1.331	298	-	1.629
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	18.285	22.806	(15.581)	25.510
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	10.554	-	(826)	9.728
Total dos créditos tributários	28.839	22.806	(16.407)	35.238
Obrigações fiscais diferidas (Nota 25e)	3.543	1.807	-	5.350
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	25.296	20.999	(16.407)	29.888

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	13.316	7.990	1.216	730	23.252
2024	477	286	1.216	730	2.709
2025	312	188	1.216	730	2.446
2026	229	138	1.216	730	2.313
2027	230	137	1.216	730	2.313
2028	230	137	-	-	367
2029	230	137	-	-	367
2030	230	138	-	-	368
2031	230	138	-	-	368
2032	459	276	-	-	735
Total	15.943	9.565	6.080	3.650	35.238

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 33.237 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 27.543 mil), sendo: R\$ 24.354 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 17.599 mil) de diferenças temporárias e R\$ 8.883 mil (em 31

de dezembro de 2021 – R\$ 9.944 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Atualização de depósitos judiciais	1.499	305	-	1.804
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	1.499	305	-	1.804
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	2.044	1.502	-	3.546
Total dos impostos diferidos (Nota 25c)	3.543	1.807	-	5.350

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	80.291	-	-	-	-	80.291
Instrumentos financeiros	699.808	61.631	48.445	28.512	-	838.396
Aplicações interfinanceiras de liquidez	534.999	-	-	-	-	534.999
Títulos e valores mobiliários	33.752	43.333	48.445	11.088	-	136.618
Operações de crédito	-	18.298	-	-	-	18.298
Outros créditos	3.865	-	-	-	-	3.865
Outros instrumentos financeiros	127.192	-	-	17.424	-	144.616
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.163)	-	-	-	-	(2.163)
Operações de crédito	(90)	-	-	-	-	(90)
Outros créditos	(2.073)	-	-	-	-	(2.073)
Créditos tributários	1.947	9.737	11.684	11.870	-	35.238
Imobilizado de uso	447	2.234	2.680	27.786	-	33.147
Intangível	5.754	28.772	34.526	276.210	-	345.262
Depreciações e amortizações	(1.547)	(7.734)	(9.280)	(76.655)	-	(95.216)
Imobilizado de uso	(192)	(959)	(1.150)	(11.617)	-	(13.918)
Intangível	(1.355)	(6.775)	(8.130)	(65.038)	-	(81.298)
Outros ativos	4.304	6.708	16.932	2.312	-	30.256
Total em 31 de dezembro de 2022	788.841	101.348	104.987	270.035	-	1.265.211
Total em 31 de dezembro de 2021	832.144	119.804	88.870	256.832	1.617	1.299.267

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivo						
Instrumentos financeiros	720.480	-	-		-	720.480
Outros instrumentos financeiros	720.480	-	-		-	720.480
Provisões	9.191	49.921	-	3.751	-	62.863
Outras provisões	9.191	49.921	-	3.751	-	62.863
Impostos diferidos	-	-	-	5.350	-	5.350
Outros passivos	26.708	-	-	-	-	26.708
Total do passivo	756.379	49.921	-	9.101	-	815.401
Total do Patrimônio líquido	-	-	-	-	449.810	449.810
Total em 31 de dezembro de 2022	756.379	49.921	-	9.101	449.810	1.265.211
Total em 31 de dezembro de 2021	803.454	30.552	-	10.751	454.510	1.299.267

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos exercícios:

Nosso resultado contábil em 2022 foi de R\$ (6.952) mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

Nosso resultado contábil em 2021 foi de R\$ (36.153) mil, não havendo eventos não recorrentes.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao

resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Bacen ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

d) Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar,
Chacára Santo Antônio, CEP 04711-904 - São Paulo – SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4

ÁGORA

INVESTIMENTOS